

Tartuce e Pedro Celso escapam da cassação

João Pitella Junior

As acusações contra o deputado Wigberto Tartuce (PPB-DF), por suposto envolvimento no desvio de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, ainda não chegaram à Corregedoria da Câmara dos Deputados, onde poderiam dar origem a um processo de cassação. O novo corregedor da Casa, deputado Barbosa Neto (PMDB-GO), até agora não recebeu qualquer documentação sobre o assunto. Por isso, a expectativa no Congresso é a de que Tartuce conseguirá completar o seu mandato sem maiores problemas, assim como o deputado Pedro Celso (PT-DF), que foi alvo de denúncias semelhantes.

Ex-secretário do Trabalho do governo do DF, Tartuce teve que deixar esse cargo há

pouco mais de um ano, quando foram divulgadas denúncias sobre o mau uso do dinheiro do FAT. As acusações não chegaram a ser comprovadas e ele sempre alegou inocência. Hoje, cumpre o seu segundo mandato consecutivo como deputado. Pedro Celso — que foi secretário do Trabalho no governo de Cristovam Buarque (PT), quando as irregularidades teriam começado — também refutou as denúncias.

Neste ano, Tartuce passou a contar com um trunfo: o corregedor Barbosa Neto, indicado para o posto pelo novo presidente da Câmara, Aécio Neves (PSDB-MG), segue fielmente a liderança política do senador Íris Rezende (PMDB-GO). O PPB e Tartuce é aliado regional do PMDB. “Pelo clima político do Congresso, dificilmente essa investigação

seguirá adiante”, avalia um parlamentar da esquerda, que pede para não ser identificado.

Outro ponto favorável a Tartuce é o fato de que o escândalo do FAT saiu dos holofotes da mídia. A partir de agora, os deputados estarão se dedicando muito mais à campanha de 2002 do que a qualquer outro assunto político, como a cassação de parlamentares. Na atual legislatura, Brasília já perdeu dois representantes no Congresso. O ex-senador Luiz Estevão (PMDB) foi cassado em junho de 2000, sob a acusação de envolvimento no escândalo do desvio de verbas da obra do Fórum Trabalhista de São Paulo. E o ex-senador José Roberto Arruda (sem partido) renunciou ao perceber que seria cassado por causa da violação do painel eletrônico.